

**DAVID MORETZSOHN CAMPISTA:
DO JARDIM DE INFÂNCIA À
FRUSTRADA CANDIDATURA
PRESIDENCIAL E AO OSTRACISMO
POLÍTICO**

**Renato Somberg Pfeffer
Fundação João Pinheiro**

Resumo

David Moretzsohn Campista (1863-1911) foi um dos integrantes da jovem força parlamentar e ministerial, arquitetada por Afonso Pena (1847-1909), conhecida como jardim de infância, em um momento da República brasileira marcado pelo personalismo, fraude e violência política. Orientado pelos princípios da Nova História Política, o presente artigo pretende discutir a trajetória desse político mineiro que ocupou cargos relevantes em nível estadual (deputado constituinte e estadual, comissário de imigração e secretário de estado por duas vezes), federal (deputado federal e ministro de Estado), também a sua quase candidatura à sucessão presidencial de Afonso Pena que acabou relegando-o ao ostracismo. Por meio da biografia, escritos e discursos de Campista, é possível vislumbrar a experiência do poder político nos primórdios da República, em especial, do papel desempenhado por um dos representantes de uma geração humanista, conhecedora da filosofia política europeia e dos problemas nacionais. Para a construção do artigo foram consultadas fontes primárias e secundárias, entre elas, anais parlamentares, relatórios governamentais, um livro escrito por Campista na Itália, jornais da época, referências biográficas e bibliográficas, entre outras.

Palavras-chave: David Moretzsohn Campista; trajetória política; jardim de infância; Brasil República; História Política.

**DAVID MORETZSOHN CAMPISTA:
FROM KINDERGARTEN TO FAILED
PRESIDENTIAL BID AND
POLITICAL OSTRACISM**

**Renato Somberg Pfeffer
Fundação João Pinheiro**

ABSTRACT

David Moretzsohn Campista (1863-1911) was one of the members of the young parliamentary and ministerial force designed by Afonso Pena (1847-1909), known as kindergarten, at a time in the Brazilian Republic marked by personalism, fraud and political violence. Oriented by the principles of the New Political History, this article intends to discuss the trajectory of this Minas Gerais politician who held relevant positions at state level (constituent and state deputy, immigration commissioner and secretary of state twice), at federal level (federal deputy and government minister), was almost a candidate for the presidential succession of Afonso Pena and ended up relegated to ostracism. Through Campista's biography, writings and speeches, it is possible to glimpse the experience of political power in the early days of the Republic, in particular, the role played by one of the representatives of a humanist generation, knowledgeable of European political philosophy and national problems. For the construction of the article, primary and secondary sources were consulted, including parliamentary annals, government reports, a book written by Campista in Italy, newspapers of the time, biographical and bibliographic references, among others.

Keywords: David Moretzsohn Campista; political trajectory; kindergarten; Brazil Republic; Political History.

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

1 Introdução

Ao assumir a presidência da República brasileira em 1906, Afonso Pena (1847-1909) buscou limitar a interferência da Coligação¹ que o levou à chefia do Estado e se cercou de uma jovem frente ministerial e parlamentar apelidada, pelas frentes de oposição ao seu governo, de *jardim da Infância*². David Moretzsohn Campista (1863-1911) foi um dos membros desse grupo em um momento da República brasileira marcado pelo personalismo, fraude e violência política.

Precoces na inserção na vida pública do país, os integrantes do *jardim de infância* pertenciam a uma geração humanista, conhecedora da filosofia política europeia, dos problemas nacionais, que havia contribuído para a queda do Império em 1889. Com uma formação intelectual sólida, muitos deles iniciaram suas carreiras como professores, jornalistas, vereadores e deputados estaduais. Eles deixaram sua marca ao introduzir valores de honestidade e profissionalismo na gestão pública, muitas vezes entrando em conflito com as estruturas partidárias tradicionais. Embora reunissem entusiasmo e interesse na renovação política, eles não conseguiram escapar da contradição de estarem vinculados às lideranças rurais tradicionais em suas carreiras. Além disso, não estavam imunes às relações com a viciada estrutura eleitoral existente na época (Viscardi, 2001).

Frente à cultura personalista que imperava no início da República, o *jardim de Infância* teve uma vida breve devido a sua postura crítica frente às mazelas nacionais, embora alguns de seus membros tenham tido uma profícua carreira política após a morte de seu mentor. Campista, que teve sua candidatura lançada à presidência pelo próprio Afonso Pena, encontra-se entre aqueles que tiveram uma curta e discreta atuação nos anos seguintes à morte do presidente.

2 David Campista: primeiros passos na política

Nascido no Rio de Janeiro em 1863, David Moretzsohn Campista era filho de Antônio Leopoldo da Silva Campista, natural de Campos, e Emília Moretzsohn, natural de Ouro Preto. Teve como avós maternos David Moretzohn e Maria Carolina Moretzohn, ambos originários da cidade de

¹ A Coligação que elegeu Afonso Pena em 1906 ficou conhecida como “o Bloco” e reuniu os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. Ela tinha por objetivo apoiar uma candidatura presidencial que não fosse paulista.

² Figuram entre os principais integrantes do *jardim de infância*: João Pinheiro da Silva (1860-1908), Gastão da Cunha (1863-1927), David Moretzohn Campista (1863-1911), Estevão Lobo Leite Pereira (1869-1908), João Pandiá Calógeras (1870-1934), João Luís Alves (1870-1925), Afrânio de Melo Franco (1870-1943), Carlos Peixoto de Melo Filho (1871-1917), Augusto Tavares de Lyra (1872-1958), Elói Castriciano de Souza (1873-1959), Celso Baima (1874-1935), James Fitzgerald Darcy (1876-1952), Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), Leovigildo de Amorim Filgueiras (1856-1910), Primitivo Moacir (1869-1942).

Putzig, na Prússia, e de ascendência judaica. Já no Brasil, seu avô David Moretzsohn tornou-se negociante de tecidos e banqueiro, e seus filhos se casaram com bacharéis, funcionários públicos e políticos do Império. Os avós paternos eram Manuel da Silva Rêgo e Teresa Maria de Jesus. Campista casou-se com Jovita Campista, filha do fazendeiro João Araújo Maia, fluminense de Valença, e Petrolina Ramos do Prado, de família capixaba. Poucas referências foram encontradas sobre a família de sua esposa e sobre seus avós paternos (CARVALHO, 1968).

Campista passou a infância em Juiz de Fora e fez seus estudos fundamentais no Rio de Janeiro, então capital da Corte. Posteriormente, ingressou na prestigiosa Faculdade de Direito de São Paulo, o que provavelmente pode ser explicado por seu anseio em se tornar parte da elite política nacional. Naquela época, as Faculdades de Direito eram consideradas escolas políticas, sociais e jurídicas que garantiam o prestígio social necessário aos futuros administradores do Estado (SCHWARCZ, 1993). Também se formaram pela Faculdade de Direito Paulista os futuros integrantes do *jardim de Infância*: Celso Baima, James Darcy, Afrânio de Melo Franco, Carlos Peixoto de Melo Filho, Gastão da Cunha, João Luís Alves e João Pinheiro (VENÂNCIO FILHO, 1972).

Os conhecimentos acadêmicos e os laços de amizade desenvolvidos nas repúblicas estudantis, em especial com os numerosos estudantes mineiros que normalmente se agrupavam nas mesmas pensões e repúblicas, abriram os caminhos de Campista e de vários de seus colegas para o cenário político nacional. Franco (1955, p. 126) descreve como uma “formação montanhosa” o comportamento desses estudantes mineiros, que eram compenetrados no estudo, unidos e reclusos.

Esse companheirismo estudantil, que ultrapassou os anos de vida acadêmica, também se desenvolvia nas sociedades secretas, normalmente ligadas às faculdades: *Tugendsbund* (Faculdade de Direito de Recife), *Landmanschaft* (Escola Politécnica de São Paulo) e *Burschenschaft* (Faculdade de Direito de São Paulo). Esta última, frequentada por Campista, era conhecida como *Bucha*. Baseada em laços de amizade pessoal e com estrutura semelhante às *Burschenschaft* alemãs, a *Bucha* era uma fraternidade liberal e republicana que prestava assistência aos estudantes necessitados, fornecendo-lhes livros, remédios e roupas (FRANCO, 1955). Enquanto a matriz alemã criticava a miscigenação entre os povos, sendo antissemita e exigindo a submissão a uma formação cristã (ERIKSEN; HARKET; LORENZ, 2010), a sociedade secreta brasileira não possuía esse caráter excludente. De qualquer forma, a ascendência judaica de Campista não seria um empecilho para ingressar na entidade, pois ele e sua mãe eram judeus assimilados e já haviam aderido ao cristianismo³.

Comprometido com a causa republicana, Campista retorna, em 1883, a Rio Preto na Zona da

³ Emília e David Campista Moretzsohn, falecidos respectivamente em 1887 e 1911, foram sepultadas ritual católico conforme se infere dos anúncios das missas fúnebres publicadas no jornal O Pharol de 1887 e 1911

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

Mata mineira, onde atuaria como advogado, promotor público, vereador, agente executivo municipal, cargo que hoje equivaleria ao de prefeito, e seria responsável pela organização, em 1888, do Clube Republicano da cidade. Sua adesão ao republicanismo, no entanto, fez com que fosse transferido para Muriaé em 1889, ordem não acatada pelo jovem político que acabou exonerando-se do cargo de promotor e passou a dedicar-se em tempo integral à causa republicana no município de Rio Preto.

O Clube Republicano fundado por Campista, assim como outros Clubes que proliferavam nos municípios mineiros, recebia cartas de adesão ao movimento e criticava as estruturas imperiais consideradas viciadas e obsoletas por meio de jornais, panfletos e discursos. O receio das reações monarquistas fez com que esses Clubes se tornassem sociedades secretas que realizavam reuniões reservadas entre seus participantes. Posteriormente à Proclamação da República em 15 de novembro, esses Clubes se tornaram o alicerce da máquina política partidária.

Nas eleições para as Assembleias Provinciais realizadas em 1889, Campista figurou como candidato e publicou uma circular em tom moderado direcionada aos eleitores do 10º distrito de Minas Gerais. Ele conclamava uma uniformidade de esforços para conter a política antirrepublicana do gabinete liberal do Império instalado em junho de 1889, chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o Visconde de Ouro Preto. Ouro Preto, que era fortemente monarquista e admitia o perigo representado pelas tendências republicanas que haviam se fortalecido com a abolição da escravidão. Acreditava-se que era necessário “esvaziar a República” e “mostrar que a Monarquia podia fazer, e melhor, as reformas chamadas democráticas.” (CARVALHO, 2007, p. 208). Campista, por sua vez, defendia que as ideias democráticas no Brasil passavam por uma evolução irresistível e qualquer tentativa por parte do Império para impedi-la ou atenuá-la seria infrutífera. Essa evolução da ordem social do Império para a República obedeceria a leis imprescindíveis e fatais, semelhantes àquelas que eram observadas nos fenômenos físicos. Frente à desconfiança e ao ceticismo dos eleitores que conviviam com confusões partidárias e a opressão do poder público, Campista encerra sua circular afirmando não ser possível distinguir a honestidade pessoal e a moralidade política (CAMPISTA, 1889 *apud* LACOMBE, 1986, p. 130-1).

2.1 David Campista: projeção estadual (1891-1902)

Após a Proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição Federal de 1891 foi instituída em Minas Gerais, sob liderança de João Pinheiro, então chefe do Partido Republicano de Minas, a Assembleia Constituinte Mineira. Buscando evitar o sectarismo e as perseguições políticas

em nível estadual, a Constituinte Mineira foi presidida por Crispim Jacques Bias Fortes (1847-1917) e teve como relator Afonso Pena. Durante os trabalhos parlamentares, Afonso Pena tornou-se admirador, parceiro político e amigo pessoal do jovem deputado David Campista.

Na constituinte, Campista seria considerado uma grande revelação por seu amplo conhecimento de finanças, pelo seu talento como orador e pelo seu espírito renovador, o que o levou a ser eleito vice-presidente da câmara e membro de sua comissão de justiça. Ele se distinguia dos demais políticos pela elegância da palavra e pelo apuro da vestimenta e dos modos. Não importava a ocasião, estava sempre de sobrecasaca, cartola, gravata plastron e perfumado. Exímio pianista e pintor, Campista acabaria sendo apelidado pela crônica jornalística de David Pomada (CARVALHO, 1968).

Como constituinte, em um período de definições sobre os rumos do novo regime no estado, destacou-se como defensor ferrenho da autonomia municipal da transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Com o mesmo vigor, se opôs à colocação do nome de Deus na Constituição, pois o Brasil havia se tornado, recentemente, um Estado laico (CAMPISTA, Anais, 32ª Sessão Ordinária, 8 de junho de 1891). Campista, no entanto, foi voto vencido nessa última questão, pois sua posição foi considerada radical demais face aos valores predominantes na época.

Como deputado estadual entre 1891 e 1892, Campista participou ativamente nos debates parlamentares sobre a reforma judiciária; a competência dos juizes de paz e de juizes substitutos; o regime municipal; a eletividade de autoridades policiais; as concessões de vias férreas, o orçamento do estado, a divisão judiciária etc. (CAMPISTA, 1891-1892).

Entre 1892 e 1894, interrompendo sua atividade legislativa, assumiu a secretaria da agricultura, comércio e obras públicas a convite do novo presidente de Minas e seu amigo, Afonso Pena. Nessa mesma época, tornou-se um dos fundadores e professor da, recém-construída, Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, cujo corpo docente reuniu jovens promessas da política estadual, além de nomes já consolidados. Dirigida pelo próprio presidente do estado, Afonso Pena, Campista lecionaria as disciplinas de Economia Política, Direito Civil, Público e Constitucional.

Sua atuação como secretário foi marcada pelo incentivo ao ensino profissional, pela criação dos institutos zootécnicos e agrônômicos de Uberaba, Campanha, Itabira e Leopoldina. Também foi um dos organizadores da comissão construtora da nova capital e direcionou investimentos para a infraestrutura básica, visando o desenvolvimento da cafeicultura por meio da expansão da malha ferroviária no estado (CAMPISTA, 1894).

Campista incluía-se entre aqueles que ressaltavam as vocações agrárias do Brasil (VISCARDI, 2001). Foi justamente essa certeza da vocação brasileira que o levou a organizar uma pesquisa sobre a

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

situação rural de Minas Gerais, que viria a ser conhecida como “Enquete Campista”. O questionário foi enviado aos distritos, que deveriam informar a situação da agricultura, força de trabalho, terra, produtos, estradas, capitais, indústrias, recursos naturais, monumentos, jornais, prédios públicos e outros assuntos.

Campista estava ciente que, apesar das tentativas e esforços isolados, os resultados obtidos para aumentar e aperfeiçoar a produção agrícola em Minas Gerais foram poucos. Buscando remover os obstáculos existentes e impulsionar uma revolução econômica que complementasse a revolução política vivenciada pelo país com a Proclamação da República, o jovem secretário defendia o estabelecimento de instituições de crédito agrícola, a melhoria nas vias de comunicação e estímulos ao cultivador nacional. Sua esperança era que o Brasil, país de tão vastas proporções e pequena população, não precisasse obter sua “substância do estrangeiro.” (CAMPISTA, 1892, p. 865).

Para alcançar esses objetivos, ele apelava ao patriotismo dos gestores distritais e pedia o esclarecimento das seguintes questões:

I. Qual o grau de dificuldade para a saída dos produtos da zona, que distância dos mercados, a importância deles. II. Esclarecimentos relativos a salários, qual o preço médio deles, fazendo-se apreciação acerca dos recursos de que pode dispor a família do trabalhador. III. Qual a abundância de trabalhadores em geral? Se tem praticado algum meio de obtê-los? E que resultado tem obtido? IV. O que pensa acerca dos diversos sistemas de imigração e colonização até hoje indicados em relação à zona? Quais as vantagens que pode oferecer o colono estrangeiro, e a nacionalidade que preferem. V. O número de braços úteis para a sociedade, podendo ser entre nós multiplicado pela catequese e melhoramento das condições da classe operária e imigração espontânea; o que pensa a este respeito? VI. Qual o movimento de emigração e imigração da zona; suas causas e épocas em que se realizaram? VII. Quais as condições de salubridade da zona, julgada pelo estado de saúde dos seus habitantes. VIII. Quais as matérias primas, gêneros de primeira necessidade da zona, sua abundância e forma de extração e de cultura? IX. Quais os processos de criação de gado, suas espécies e abundância? X. Qual a estatística de importação e exportação da zona? (CAMPISTA, 1892, p. 865).

Diversas câmaras municipais e conselhos distritais responderam à “Enquete Campista” proposta em setembro de 1892. Por meio de relatórios elaborados nos anos de 1893 e 1894, as respostas foram encaminhadas ao presidente do Estado. Em esforço de síntese, o último relatório apontou, como causas do atraso e relativa decadência da indústria agrícola mineira, os seguintes fatores principais:

1º. Falta de conhecimentos profissionais; 2º. Falta relativa de estradas e vias de comunicação; 3º. Carência e incapacidade dos braços; 4º. Elevação dos impostos de exportação; 5º. Escassez de capitais; 6º. Dificuldade nas transmissões de propriedade territorial pela importância elevada do imposto correspondente; 7º. Vício da vadiagem. (CAMPISTA, Relatório, 1894).

Em suas conclusões relativas à agricultura no referido relatório de 1894, Campista defendeu que não bastariam leis protetoras para as lavouras e fazendas de criação se não houvesse a aquisição de conhecimentos para arte da agricultura. Por isso, anunciava a fundação de institutos agrônômicos

que, por meio de aulas teóricas e práticas, disseminariam os métodos científicos para exploração da natureza.

Paralelamente, ele defendia a implementação de medidas que facilitassem a transferência de propriedades rurais, investimentos em estradas para melhorar o transporte da produção e o desenvolvimento de assentamentos no território. Também era um forte defensor da criação de um código florestal para combater o destrutivo sistema de desmatamento por queimadas. Além disso, criticava os recursos escassos concedidos pelo poder legislativo à sua secretaria, o que impedia a contratação de auxiliares técnicos necessários para um trabalho eficaz.

O certo é que a “Enquete Campista” retratou os grandes dilemas do setor agrícola mineiro e tornou Campista um profundo conhecedor das necessidades do estado. Em 1894, o governador Bias Fortes, reconhecendo claramente seus conhecimentos e habilidades técnicas, convidou Campista para trabalhar como comissário da imigração de Minas Gerais na cidade italiana de Gênova. Nessa função, Campista seria responsável pela vinda de cerca de 50.000 imigrantes italianos para Minas Gerais (CARVALHO, 1968). Segundo Monteiro (1982), Minas Gerais foi o primeiro estado da federação no período republicano a criar um escritório no continente europeu com o objetivo de “tornar conhecidas na Europa, por meio de publicações, conferências e todos os meios regulares de propaganda, as riquezas naturais do Estado, sua situação física, moral, política e econômica.” (DECRETO N. 795, Art. 2º, item I).

Com a finalidade de difundir uma imagem positiva e favorável de Minas Gerais perante os emigrantes europeus, Campista publicou o opúsculo “*Lo Stato di Minas Geraes – Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti*”. Redigida em italiano e de forma didática, por meio de perguntas e respostas, a obra foi publicada em 1896 na cidade de Gênova, com tiragem de 5000 exemplares e com distribuição gratuita. Foi classificada, então, como “[...] um tratado completo e precioso sobre a geografia física, econômica e política do Estado de Minas Gerais” (REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 1896, p. 245).

No livro, o território mineiro é retratado com informações relacionadas à posição geográfica, hidrografia, fertilidade do solo, clima, cidades importantes, destacando-se a construção da nova capital, Belo Horizonte, riquezas minerais, entre outros aspectos. Buscando tornar a narrativa crível e não apenas sedutora, o livro, além dos inúmeros adjetivos positivos, recorre a comparações, imagens e estatísticas, reproduzindo depoimentos de figuras europeias célebres. Em tom eloquente, o que certamente contribuía para atrair imigrantes, as virtudes de Minas Gerais são enaltecidas nos 14 capítulos do livro. Ao final, há, ainda, algumas informações relativas aos aspectos legais da imigração.

Como é de se esperar de uma obra de propaganda, os aspectos negativos que Campista havia

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

indicado em seu relatório ao presidente do estado enquanto ocupava o cargo de secretário em 1894 foram omitidos, o que não impede de perceber sua intenção sincera em promover um convite irrecusável para que os europeus se apaixonassem por uma Minas Gerais retratada como paradisíaca.

A amplitude da experiência de Campista na Europa levou-o a tecer diversas considerações sobre a questão racial após seu retorno ao Brasil. Em discurso proferido no Colégio Americano Granbery no ano 1905, “em síntese magistral” que pode ser considerada uma “verdadeira página de Sociologia” (CARVALHO, 1968, p. 59), Campista demonstra a futilidade do preconceito racial, defende que o futuro almejado pelo Brasil dependerá da educação e crítica à indiferença política ao afirmar que a consciência nacional é o principal fator de coesão do Estado Moderno.

Refutando a vulgarização das teses que afirmavam que os povos valem o que vale a sua raça, que o destino das nações é determinado pelo valor da sua composição étnica e que a questão da raça superava todas as outras, Campista dizia:

Se houvermos de aceitar o absolutismo da doutrina e sobretudo as aplicações que dela fazem os diversos teóricos ao nosso povo, seríamos levados a descrever das nossas instituições, do nosso futuro e encerrarmo-nos numa resignação que nem a ciência, nem a experiência justificam (CAMPISTA, 1905).

Em 1907, em correspondência com João Pinheiro, ainda se mostrava incomodado com a maneira que os empregados imigrantes eram percebidos no Brasil: dizia ter tido “pessoalmente a humilhação de verificar que o estrangeiro (o próprio italiano) é superior ao nosso e não sei devido a quê.” (CAMPISTA, 1907).

Sua relutância em admitir a superioridade do imigrante europeu derivava da aversão a autores célebres, como Arthur de Gobineau (1816-1882) e Gustave Le Bon (1841-1931), que utilizavam uma abordagem científica para fundamentar suas hipóteses sobre a desigualdade entre as raças humanas. Ao segmentar as raças como um critério explicativo dos diferentes níveis de desenvolvimento civilizatório, esses pensadores eram alvo das críticas de Campista, que reiterava a “inabilidade do preconceito racial.” (Carvalho, 1951, p. 147). A verdade, afirma Campista,

é que de uma predisposição étnica não decorre necessariamente o gênio de um povo. [...] São as energias mentais as verdadeiras criadoras da personalidade de um povo. A história nos mostra como o predomínio, a superioridade, a chefia da civilização, tem passado de uns para os outros povos. Às jovens nações do novo mundo competirá, um dia, o cetro que já se desloca (CAMPISTA, 1905).

É possível apenas imaginar que essas ideias foram amadurecidas paulatinamente por Campista a partir de sua experiência europeia e que, ao voltar ao Brasil, já estava imbuído da certeza que o futuro de uma nação depende da educação, do caráter e da vontade, não da raça. Era agora

indispensável afastar esse espantinho do caminho da nossa mocidade, libertá-la de preconceitos que são uma fonte de desânimo e dar-lhe a consciência da sua perfeita idoneidade para conduzir a nossa pátria ao futuro a que temos o direito e o dever de aspirar (CAMPISTA, 1905).

Retornando ao Brasil em 1899, já em meio a articulações para alçar voo rumo à política nacional, Campista assume o prestigioso cargo de secretário das finanças do governador mineiro Silviano Brandão (1848-1902). Sua gestão na secretaria (1899-1902) foi bastante impopular, pois, frente à crise financeira do estado e do país, adotou medidas visando sanear os cofres públicos a partir do corte de gastos e de subsídios.

Justificando as medidas adotadas na introdução ao relatório apresentado ao Presidente do Estado de Minas em 1901, Campista responsabilizava a crise violenta que havia agitado a vida econômica do país no ano anterior:

A retração quase absoluta do crédito em um momento em que a situação do Tesouro impunha indeclinavelmente a necessidade de transações daquela natureza; as consequências dessa retração impossibilitando ao comércio os suprimentos habituais a lavoura do café para a condução da indústria e aproveitamento das colheitas; a urgência de solução de avultados compromissos do Estado com o Banco da República do Brasil que suspendera pagamentos — tais foram principalmente as manifestações da repercussão que teve no Estado — a crise violenta que agitou a vida econômica do país — no último período do ano findo (CAMPISTA, 1901).

Em contraste evidente com o livro propagandista publicado por ele na Itália em 1896, Campista dizia, ainda, que Minas Gerais não tinha grandes praças comerciais, grandes indústrias ou institutos bancários com laços oficiais. Era um estado que dependia dos impostos de exportação sobre o café, produto em que residia a fonte da vida financeira e quase a totalidade de sua renda. Além disso, afirmava que a exportação do café estava ficando, nos últimos anos, aquém dos cálculos orçamentários, o que, somado à extraordinária desvalorização do produto no período, tornava a situação ainda mais crítica. Concluía dizendo que a idade de ouro do café parecia definitivamente transposta, ao menos como fonte de lucros avultados e origem opulenta das receitas orçamentárias. Contudo, não aconselhava o abandono das culturas organizadas em vasta escala e que representavam capitais avultados, pois o consumo ainda se alargaria pela acessibilidade de preços (CAMPISTA, 1901).

A percepção acurada e realista de Campista da situação que se encontrava o estado levou-o a compreender que Minas não podia mais manter a construção administrativa sobre esse frágil e movediço terreno. Sendo assim, propôs a redução drástica, embora dolorosa, dos dispêndios públicos.

2.2 David Campista: projeção nacional

Mesmo impopular, Campista foi um dos indicados pela comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, a *tarasca*, que definiu os nomes que seriam escolhidos para a composição da chapa oficial na arena política federal nas eleições seguintes. A *tarasca* buscava uma chapa oficial que

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

representasse um equilíbrio entre os representantes dos setores econômicos mais tradicionais e aqueles de perfil mais técnico, estes últimos sem prestígio junto aos setores agrícolas. Como representante destes últimos, e com ampla experiência no parlamento e na administração do estado, o nome de Campista foi indicado na chapa de deputado federal com apoio de Bias Forte sob o argumento de que ele contava com o prestígio do então governador Francisco Sales (1863-1933) e com a admiração do, já falecido, Silviano Brandão.

Após ser eleito em 1903, Campista, que já possuía experiência como secretário de finanças de Minas Gerais durante o governo de Silviano Brandão, tornou-se membro da comissão de orçamento, responsável por supervisionar as receitas e despesas da União. Além disso, estabeleceu uma estreita ligação política com todos os ministérios, o que impulsionou sua ascensão na vida pública nacional, mesmo sem possuir uma base política local sólida.

Entre os anos de 1903 e 1906, a atuação de Campista como deputado federal foi destacada, em especial no que tange o seu envolvimento em um tema extremamente relevante para os produtores brasileiros: o protecionismo. O discurso protecionista estava em voga desde as superproduções de café pós-1896 e da classe produtora, que havia dominado o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 sediado em Belo Horizonte. Defensor da matéria, Campista foi o responsável por tratar da questão cambial.

Protecionistas e não protecionistas estavam de acordo que a flutuação do câmbio era nefasta para os exportadores e para o governo. Sem estabilidade cambial, os exportadores não conseguiam projetar a margem de lucro de suas atividades e o governo era incapaz de precisar suas receitas. Tal situação representava o risco de não cumprimento dos compromissos assumidos, o que impediria a regularização das contas e a expansão do crédito do país no exterior. Além disso, Campista foi um dos defensores, no Congresso, de medidas como o estabelecimento de políticas de prêmios objetivando animar a iniciativa privada; da criação escolas técnico-agrícolas que garantissem uma melhor estrutura e o povoamento do interior do estado por meio da colonização realizada em núcleos familiares e da fundação de cooperativas que seguissem o modelo proposto por Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), um pioneiro do cooperativismo, da economia social e solidária, do regime de crédito mútuo e inspirador do movimento do sindicalismo agrícola.

Entre tantos outros de sua geração, Campista buscava proteger as necessidades da lavoura e da indústria no país e ainda apoiar a ocupação do interior do estado frente às restrições orçamentárias. Tendo como referência o avanço econômico norte-americano, acreditava que a nação necessitava de

educação e de trabalho voltados para a terra. Frente à desorganização da mão de obra nacional, que poucos anos antes tinha abolido a escravidão, ele apontava para problemas graves que precisavam ser sanados, tais como a ausência de políticas de concessão de terras, deficiências nos meios de transporte e ainda um sistema financeiro, majoritariamente estrangeiro, que não tinha compromisso com o estímulo das atividades produtivas via crédito.

Como deputado federal, Campista tratou, de forma profícua, questões relativas ao crédito agrícola. Atacou a dependência brasileira dos bancos europeus e americanos, o que era visto por ele como um dos problemas mais ilustrativos das deficiências do sistema financeiro do país. Defendeu, então, uma nova regulamentação de crédito para fornecer ajuda aos núcleos agrários de pequeno porte que se viam sufocados e desprotegidos da opressão dos bancos estrangeiros. Sua intenção era permitir a recuperação do crédito agrícola por meio da disseminação desse instrumento seguindo o modelo de facilitação que imperava nas grandes potências. Só assim, pensava o deputado, haveria um estímulo ao cooperativismo e ao mutualismo entre os produtores. Sua ideia era a criação de uma federação de bancos agrícolas privados, descartando a subvenção estatal que avaliaria os pedidos levando em conta as peculiaridades regionais. O fato de Campista defender o crédito privado relaciona-se à sua percepção de que a intervenção estatal destruiria o espírito cooperativo nessa matéria (CAMPISTA, 1904).

Em sua visão, caberia ao Estado apenas criar princípios de direitos para o funcionamento das cooperativas de crédito. Naqueles tempos, era clara, para Campista, a profundidade da crise na lavoura cafeeira, fato este agravado pelas fracassadas tentativas de proibição de novos plantios no estado de São Paulo. Para ele, o crédito agrícola era a única ferramenta capaz de estimular outros ramos de atividade econômica no campo, buscando alternativas à atividade cafeeira que se encontrava saturada. Nesse sentido, o crédito era concebido como forma de enriquecer o desenvolvimento nacional por meio de propostas que retirassem a atenção da produção cafeeira, vista, pelo deputado mineiro, como um setor com poucas perspectivas de expansão. Sem deixar de se atentar para socorrer a lavoura cafeeira, que era fundamental para as receitas estaduais, a proposta visionária de Campista buscava estimular a iniciativa particular e o cooperativismo no país.

Seu liberalismo moderado poderia ser resumido na seguinte intervenção na câmara dos deputados em sessão de 25 de julho de 1904:

Não sou dos que entendem que o Estado deve regular a matéria, mas sou dos que entendem que, principalmente em país novo, sem nacionalidade, como o nosso, o Estado deve intervir nas grandes manifestações da atividade nacional, senão regulá-las em seus detalhes, ao menos para favorecer o desenvolvimento do próprio indivíduo. E nessa matéria eu seria uma mistura de individualismo e socialismo, mas sou mais solidarista (CAMPISTA, Anais, 147ª Sessão, 25 de julho de 1904).

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

Campista acreditava que o solidarismo “restitui-nos à terra, liga-nos aos nossos semelhantes e mostra que não fomos feitos para nos fugirmos uns aos outros, nem para nos esmagarmos.” (CAMPISTA, 1905). Inspirado em Célestin Bouglé (1870-1940), ele via, no solidarismo, uma maneira de se opor às fórmulas aristocráticas, atrofiantes e dissolventes do individualismo. Esse individualismo democrático, fundado no fecundo princípio da união humana e alcançado pela educação, marcaria a vitória da natureza humana sobre a natureza animal.

O projeto de Campista, que estimulava o crédito rural, tornou-se lei e acabou resultando em uma reforma no Banco do Brasil que estendeu sua rede de agências por todo o país, deixando de se limitar à capital federal. Sua vivência na agência mineira de imigração na Itália e à frente da secretaria de finanças no governo de Silviano Brandão o capacitava a discutir as dificuldades dessa matéria e propor soluções concretas. Atuando como deputado federal e posteriormente como ministro dos negócios da fazenda no governo de Afonso Pena, desempenhou um papel fundamental na importante reforma cambial e tarifária. Essa reforma culminou na implementação de um plano de auxílio à cafeicultura, que visava retirar o excesso de produção do mercado por meio de empréstimos externos. Esse plano se concretizou a partir do Convênio de Taubaté, estabelecido, em 1906, pelos governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Campista foi um dos principais responsáveis pela elaboração e implementação dessas medidas.

Sobre o convênio de Taubaté, Campista argumentava, em longa e fundamentada exposição na câmara federal realizada no dia 21 de julho de 1906, ser a operação viável, segura, necessária, conveniente e concluía:

Não existem riscos, portanto, na valorização do café. Aos que tanto se comprazem, ainda assim, em combatê-la, fantasiando desfechos impossíveis, cumpre refletir sobre os prejuízos colossais que acarretará para o país a recusa de uma intervenção imediata e enérgica. Não basta dizer “o empréstimo custa-nos tanto”; é necessário fazer a conta do que nos custará deixar de lado o empréstimo. Urge acabar de vez com este sistema de se não apurarem responsabilidades decorrentes de atos negativos. Aos apologistas e cultores da inércia cabe prestarem contas à Nação por não haverem feito nada, por não quererem fazer nada (CAMPISTA, Anais, 45ª sessão, 21 de julho de 1906).

Em 1906, foi reeleito deputado federal e, pouco tempo depois, foi indicado pelo presidente eleito para chefiar o ministério da fazenda.

A eleição de Afonso Pena em 1906 foi resultante de uma mobilização que objetivava romper a hegemonia paulista na presidência da República. Tendo sido eleito presidente sem contar com o apoio das lideranças políticas tradicionais de seu próprio estado (VISCARDI, 1999), Afonso Pena lançou jovens lideranças políticas à condição de seus principais articuladores, deixando em segundo plano as

oligarquias consolidadas no Partido Republicano. Tal atitude gerou discordâncias na fase inicial de seu governo, que foi marcada por negativas de promover programas que não fossem formulados por ele pessoalmente e pela equipe escolhida.

A experiência em quadros diversos no governo de Minas Gerais, a marcante atuação parlamentar na área econômica nos níveis estadual e federal e a amizade pessoal que os unia foram os fatores decisivos para que Afonso Pena escolhesse Campista para o ministério da fazenda. A escolha dos ministros pelo presidente da República foi um ponto polêmico na época. Lideranças políticas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais não foram consultadas; ao invés disso, Afonso Pena orientou-se por critérios técnicos e pessoais. Quando fora governador de Minas Gerais, ele já tinha adotado tal posição ao cercar-se de políticos jovens ligados ao *jardim de infância*. Essa atitude violava as práticas políticas da época ao preferir os indicados dos grandes estados que sustentaram a Coligação que o elegeu e, mais do que isso, pela escolha de personagens dissonantes dos líderes desses estados.

A agenda inicial do governo Afonso Pena teve como foco o programa de valorização do café. Medidas protecionistas eram exigidas pelos produtores frente à ameaça da supersafra prevista para 1906. Em dezembro daquele ano, foi elaborada, pela comissão de finanças, com atuação destacada de Campista, uma emenda que pretendia a regularização do comércio do café, a promoção de sua valorização e a criação de um serviço regular de propaganda do produto no exterior. Caberia à União endossar os empréstimos a serem realizados pelos estados se esses assegurassem os recursos em ouro para o serviço da dívida em contrapartida. A aprovação dessa emenda na câmara constituiu-se na primeira interferência concreta da União no mercado internacional de café.

O programa de auxílio oficial ao café provocou divergências quanto aos termos do auxílio nos próprios estados envolvidos, assim como entre aqueles que não tinham interesse no programa por não serem produtores de café, membros do governo preocupados com as finanças públicas e representantes das bancadas estaduais. Agravando o conflito, o ministério de Afonso Pena não foi formado com base em um acordo político que envolvesse os políticos tradicionais da época, como já mencionado. Os críticos do programa de valorização do café, influenciados por uma mentalidade liberal e imersos no contexto imperialista da época, consideravam absurdo que o Brasil, com sua limitada representatividade internacional, pudesse interferir nos preços internacionais sem romper os acordos existentes.

Na opinião de Campista, esses críticos pareciam desconsiderar a supremacia brasileira no mercado mundial de café e a crise de superprodução que se avizinhava. Foi esse o contexto que o levou a defender enfaticamente, na câmara, e depois como ministro dos negócios da fazenda, a ideia de que

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

o que era benéfico para o café também era benéfico para o país.

A política de valorização do café – que resultaria no Convênio de Taubaté em 1906 – havia se iniciado em 1905 entre os grandes estados produtores, mas, até então, não haviam disposto de nenhuma medida prática ou específica (HALLOWAY, 1978). No entanto, foi somente após Campista assumir o Ministério da Fazenda que as necessidades concretas do programa de valorização do café foram empreendidas. Em especial, o novo ministro cuidou da estabilização do câmbio por meio da implantação da Caixa de Conversão. Essa instituição trocava moedas de ouro por bilhetes ao portador que representavam o valor da moeda em ouro, garantindo, assim, a estabilização. Essa medida causou uma série de polêmicas tanto no Brasil como no mercado internacional. Desconfiava-se que a Caixa se transformaria em uma casa emissora, provocando uma crise na política de saneamento do meio circulante que vinha se realizando. Mesmo com essas desconfianças, a Caixa de Conversão foi instituída em dezembro de 1906.

O sucesso da Caixa de Conversão na manutenção da estabilidade cambial, sem nenhum dos perigos imaginados por seus críticos, foi relatado por Campista em seus relatórios anuais (1907, 1908 e 1909) ao presidente da República. Se apoiando na experiência de outros países, na ciência econômica, em dados estatísticos e levando em conta as especificidades brasileiras, ele afirmava:

- a) Que a experiência de nações, que tiveram situações monetárias comparáveis à nossa e a nossa própria experiência, ensinam que é útil a intervenção direta do Governo no mercado de câmbios – não com intuito de lucro, mas com o normalizar o mercado;
- b) Que fundos oficiais, destinados à conversão do meio circulante, são utilizados sem prejuízo nas operações acima referidas;
- c) Que entre nós é preferível a ação imediata do Governo, liberta de interesses de acionistas, no mercado de câmbios;
- d) Que o governo pode libertar-se da especulação, deixando de dispender recursos com os especuladores, para fortalecer as resistências necessárias à estabilidade cambial (CAMPISTA, Relatório, 1907).

2.3 David Campista: a frustrada candidatura presidencial e o ostracismo político

Em 1908, no início dos debates sucessórios para o mandato de Afonso Pena, o próprio presidente passou a apoiar o jovem ministro dos negócios da fazenda para sucedê-lo. Ambos esperavam contar com o apoio paulista devido ao sucesso da Caixa de Conversão e, conseqüentemente, do programa de valorização do café. O cenário, porém, era nebuloso para o presidente e o pretendente à sucessão. A Coligação que havia sido formada no final da presidência de Rodrigues Alves (1848-1919) para impedir que a hegemonia paulista continuasse agora se voltaria contra o próprio Afonso Pena. Campista, por sua vez, mesmo com competência e probidade reconhecidas, não contava com a simpatia das lideranças políticas de Minas Gerais, o próprio estado que o elegeu, sendo visto como estrangeiro.

Peixoto e Calmon apostavam em uma chapa Minas-Bahia tendo o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, como presidente. Este era considerado a face mais combativa, partidária e pragmática do *jardim de infância*. Afonso Pena, no entanto, manteve ostensivamente sua preferência por Campista, apesar do respeito e admiração que possuía por João Pinheiro, candidato natural a substituí-lo. No entanto, naquele mesmo ano, a morte de João Pinheiro acabou representando o fim da frágil convivência da oligarquia mineira e obstando também o caminho de Campista.

Afonso Pena optou por desconhecer as rejeições ao seu indicado e indicou Wenceslau Brás (1868-1966) para costurar alianças em favor da candidatura de Campista no Rio de Janeiro e em São Paulo a partir de janeiro de 1909. O argumento presidencial para o apoio a Campista fundamentava-se na continuidade de Minas Gerais no poder federal e na manutenção de seu programa administrativo-financeiro. Ele parecia acreditar, equivocadamente, que isso bastava para que o nome de Campista fosse aceito em seu estado.

No entanto, não era essa a realidade que se apresentava dado o conjunto de declarações de relevantes personagens em relação ao ministro da fazenda. É notória, por exemplo, a posição dos chefes políticos ligados à comissão executiva do PRM que apoiavam a candidatura de Wenceslau Brás, que havia sido encarregado por Afonso Pena de articular a candidatura Campista. Fato que levou Rui Barbosa a afirmar que a posição do jovem ministro era demasiada frágil em seu próprio estado. Rui Barbosa afirmou ao presidente Afonso Pena:

Ninguém dele (Campista) cogitaria para o lugar de chefe da nação, a não ocupar ele atualmente o posto de ministro. Moço de talento e futuro, não tem, evidentemente, para o cargo supremo do Estado, experiência, madureza, autoridade. A sua entrada na última representação de Minas não lhe foi fácil. O seu reconhecimento na câmara, não ocorreu sem tropeços. No seu próprio Estado, portanto, a opinião não o classificava entre os seus filhos mais beneméritos (BARBOSA, 1908 *apud* VISCARDI, 2001, p. 196).

Campista era a antítese do político mineiro da época: descendente de judeus prussianos, homem de hábitos refinados, amante da música e da pintura e, dessa forma, nome de pouco prestígio para se tornar um líder de confiança do PRM. A posição partidária mineira isolava e tornava inaceitável o desejo presidencial de fazer Campista seu sucessor, deixando claro que a escolha não deveria pertencer ao campo dos princípios ou das escolhas pessoais, mas ao domínio do político.

Três circunstâncias foram fundamentais à rejeição de seu nome. A primeira foi a intervenção do Catete no processo, não muito bem-vista pelos principais atores políticos do período. A segunda era a vinculação de Campista ao grupo do “jardim de infância”, grupo visto com desconfiança pelas lideranças mais conservadoras, que se reuniam em torno de Pinheiro Machado. A terceira foi o veto proveniente da elite política mineira, que o considerava uma liderança por demais autônoma em relação ao PRM (VISCARDI, 2022, p. 3)

O que pode ser afirmado com certeza é que os altos cargos do poder executivo, seja de governador ou de presidente, necessitavam de algo que Campista não possuía: articulações superiores

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

às necessárias, dentro e entre os estados, para uma candidatura na câmara federal e, fundamentalmente, um comprometimento com as máquinas oligárquicas.

Afonso Pena ainda contava com um pronunciamento de Wenceslau Brás apoiando a candidatura de Campista, o que não ocorreu. Este estava ciente da fragilidade do ministro da fazenda junto às tradicionais forças políticas do estado. Na verdade, o próprio Wenceslau Brás já começara a articular, de forma sigilosa, as forças estaduais contra as pretensões presidenciais.

Avançava, a partir de maio de 1909, a candidatura de Hermes da Fonseca, apoiada por Pinheiro Machado e Francisco Sales, o que enfraquecia a frente parlamentar do *jardim de infância* que, outrora, era ancorada no prestígio de João Pinheiro na política mineira. Nesse contexto de indefinição e com o fortalecimento do nome de Hermes da Fonseca para sucessão de Afonso Pena, Campista retira seu nome da corrida presidencial. É bem provável que estivesse ciente da falta de simpatia que angariava e das críticas que recebia de seus detratores que o consideravam excessivamente irônico e esnobe.

A sucessão presidencial seria disputada por Rui Barbosa, tendo o governador paulista Albuquerque Lins como candidato a vice presidente e o Mal. Hermes da Fonseca, que comporia sua chapa com Wenceslau Brás. Afastada do núcleo do *jardim de infância*, a maior parte da bancada mineira integrou a chapa militar que também foi apoiada por dissidências baianas e paulistas.

David Campista não tomou parte na sucessão presidencial. Deixou a pasta da fazenda assim que Nilo Peçanha (1867-1924) assumiu a presidência com a morte de Afonso Pena em 1909. A partir de então assumiu o posto diplomático de enviado extraordinário na Noruega e, depois, como ministro plenipotenciário na Dinamarca, cargos que Campista considerou como exílio e não como privilégio (VISCARDI, 2001). Foi, ainda, indicado pelo Barão do Rio Branco para assumir a legação brasileira em Paris, porém, não chegaria a ocupá-la, uma vez que foi vítima de tuberculose. Morreu em Copenhague em outubro de 1911 aos 48 anos de idade.

3 Considerações Finais

A candidatura Campista não foi suficiente para promover a união do *jardim de infância*, o que pode ser explicado em parte pela descrição que Afonso Arino Franco deu desse político mineiro:

Amador das artes plásticas, deixou ensaios estimáveis de pintura, que, se não denunciam um artista forte ou original, revelam sem dúvida as disponibilidades de um cultivado bom gosto, excepcional no meio político da época(...) Campista era bem um daqueles pássaros de voo largo. Os bacuraus de voo rasteiro e curto nunca o aceitariam (FRANCO, 1955, p. 587).

Campista não acreditava em partidos políticos (CARVALHO, 1951). Suas críticas eram fundadas no pensamento de Moisei Ostrogorsky (1854-1921), um dos fundadores da ciência sociológica, que havia estudado as máquinas partidárias da Europa e Estados Unidos no final do século XIX. Assim como o sociólogo bielo-russo, o político mineiro acreditava que a organização partidária da época servia mais à fragmentação das opiniões do que à solução de problemas concretos. A alternativa concebida por Campista passava por uma vida política que operasse por meio de um agrupamento de forças em torno de um objetivo comum, evitando a mera adaptação dos problemas às vicissitudes partidárias. Sonhava que a evolução social deveria contar com outro método de ação política por meio da formação de ligas temporárias de acordo com as questões a serem resolvidas, deixando de lado os partidos permanentes.

Na verdade, a fragmentação e dissolução do *jardim de infância* não pode ser creditada apenas às mortes de João Pinheiro ou de Afonso Pena, nem mesmo à incapacidade de se criar uma liderança para substituí-los. É necessário compreender, de forma estrutural, o desmoronamento dessa força política parlamentar que seria dissolvida após a morte de seus maiores líderes. É mister observar, portanto, as contradições históricas e culturais que se impunham ao *jardim de infância*.

Apesar de serem críticos do sistema partidário nacional e das práticas fraudulentas eleitorais, seus discursos eram insuficientes para alterar a cultura política reinante no país. Na prática, isso significava que tinham que aceitar as regras do jogo em sua ambição de chegar ao topo da hierarquia política. As opções de transgredir um sistema político, cujos costumes políticos haviam sido interiorizados ao longo das gerações, eram limitadas àqueles que iniciavam sua vida na política, e desejavam sobreviver e crescer na arena política. Logo, é dessa submissão ao jogo político que deriva a incapacidade do grupo de transcender as práticas políticas viciadas da época.

Embora comprometidos com valores de erudição, profissionalismo e honestidade na administração pública, os integrantes do *jardim de infância* estavam inseridos em um país atrasado economicamente e socialmente. Ambicionavam o progresso material e moral de um Brasil que ainda convivía com questões não resolvidas ligadas à raça, pobreza, baixo nível de alfabetização, pouca participação popular na vida política, entre outros. Como filhos de uma elite privilegiada, eles eram influenciados tanto pelas circunstâncias socioeconômicas e políticas locais quanto pela autoridade explicativa do progresso científico da época, abrangendo diversas áreas como direito, biologia, sociologia, criminalística, história natural, entre outras. Isso provocava uma falta de cultura política homogênea entre os próprios membros do *jardim de infância*. Esses personagens possuíam origens diferentes e distintas experiências de inserção na vida política, fatos que acabaram refletindo na diversidade de compromissos assumidos tanto entre eles mesmos quanto entre eles e o governo

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

Afonso Pena.

O sistema partidário brasileiro, tão criticado pelos membros do *jardim de infância*, continuou obediente ao personalismo, incapaz de alterar a cultura política fundada em partidos permanentes ou juntas temporárias programáticas, esta última a tese defendida por Campista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. Carta de Rui Barbosa à Afonso Pena em 16 de dezembro de 1908. In: VISCARDI, Cláudia M. R. **Teatro das Oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

CAMPISTA, David Campista. **Anais da Câmara dos Deputados** (1904). Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/rp_anaisrepublica.asp>. Acesso 5 jul. 2022.

CAMPISTA, David Campista. **Anais da Câmara dos Deputados** (1906). Disponível em: <<https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/26259>>. Acesso 5 jul. 2022.

CAMPISTA, David Moretzshon. **Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais** (1891). Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/ande/11037/10631>>. Acesso 18 jan. 2022.

CAMPISTA, David Moretzshon. **Anais dos Trabalhos da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais** (1891-1892). Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/5008>>. Acesso 18 jan. 2022.

CAMPISTA, David Moretzsohn. **Carta de David Campista a João Pinheiro em 16 de janeiro de 1907**. Caixa 17, número 2336, fundo João Pinheiro, APM.

CAMPISTA, David Moretzshon. Circular sobre o censo agrícola contendo questionário enviado para diversos municípios pela Secretaria da Agricultura em 17 de setembro de 1892. **Minas Gerais. Órgão Oficial dos Poderes do Estado**, Ouro Preto, ed. 142, 15 de setembro de 1892, p. 865.

CAMPISTA, David Moretzshon. **Lo Stato di Minas Geraes. Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti**. Gênova: Tipografia instituto surdo-mudo, 1896.

CAMPISTA, David Campista Moretzshon (1905). Oração de paraninfo. In: **Digesto Econômico**, Associação Comercial de São Paulo e da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, n. 35, outubro de 1947, ano III, p. 60-70.

CAMPISTA, David Moretzsohn. **Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Dr. David Moretzsohn Campista** (1894). In: Inventário do fundo da Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas 1891-1962, Governo do Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado da Cultura Arquivo Público Mineiro, Col. 252.

CAMPISTA, David Campista. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado de Minas pelo**

Secretário de Negócios das Finanças Dr. David M. Campista (1901). Cidade de Minas, Imprensa Oficial, 1901, p. 3-34. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php?p=90&c=t>. Acesso em 1 de nov. de 2021.

CAMPISTA, David Campista. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David M. Campista no ano de 1907.** Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000390&m=3147&n=rmfazenda1906>. Acesso em 16 de jul. de 2022.

CAMPISTA, David Campista. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David M. Campista no ano de 1908.** Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000390&m=3118&n=rmfazenda1907>. Acesso em 16 jul. de 2022.

CAMPISTA, David Campista. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. David M. Campista no ano de 1909.** Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000390&m=3119&n=rmfazenda1908>. Acesso em 16 jul. de 2022.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. **Ensaios biográficos.** São Paulo: Revista dos tribunais, 1951.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. **Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista.** Vitória: Artenova, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DECRETO N. 795. Ouro Preto, 30 de Novembro de 1894. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&PagFis=5583>. Acesso em 27 jun. de 2022.

ERIKSEN, Trond Berg; HARKET, Hakon; LORENZ, Einhart. **História do Antissemitismo.** Da Antiguidade aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2010.

FRANCO, Afonso A de M. **Um estadista da República.** V. 1 e 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

HALLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LACOMBE, Américo J. **Afonso Pena e sua época.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MONTEIRO, Norma de G. (org.) *V Seminário de estudos mineiros.* A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

O PHAROL. Anúncio de missa fúnebre de David Moretzsohn Campista. **O Pharol**, Juiz de Fora,

David Moretzsohn Campista: do jardim de infância à frustrada candidatura presidencial e ao ostracismo político

Minas Gerais, 18 de out. 1911, n. 247, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=28366>>. Acesso em 3 de fev. de 2022.

O PHAROL. Anúncio de missa fúnebre de Emília Moretzsohn Campista. **O Pharol**, Juiz de Fora, Minas Gerais, 10 de mai. 1887, n. 105, p. 3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&pagfis=4735>>. Acesso em 3 de fev. de 2022.

REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAES, 1896. Ed. 20-21, 1896, p. 245. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=053783&pesq=%22tratado%20completo%20e%20precioso%22&pagfis=650>>. Acesso em 23 jun. de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carlos Peixoto e o Jardim da Infância. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, v. 297, 1972.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Campista, Davi**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPISTA,%20Davi.pdf>. Acesso 17 jun. de 2022.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de Dentro para fora: a política interna mineira no contexto da primeira república. **Locus**: revista de história. V. 5, N. 2. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da política do "café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.